

# NAS MARGENS: OS ESTUDOS CULTURAIS E O ASSALTO ÀS FRONTEIRAS ACADÉMICAS E DISCIPLINARES

*Manuela Ribeiro Sanches*

O artigo pretende oferecer uma introdução – necessariamente parcial e incompleta – aos estudos culturais. Referem-se as consequências da sua transdisciplinaridade, nomeadamente a diluição de fronteiras entre áreas e saberes, designadamente entre a literatura, a antropologia e os estudos culturais. Menciona-se ainda a importância dos estudos pós-coloniais, na tentativa crescente de interrogar o tema da alteridade e da identidade num contexto global. Finalmente, lançam-se algumas questões a partir da experiência pessoal da autora, confrontada com a necessidade de se repensar a identidade disciplinar dos Estudos Alemães face aos desafios da nossa contemporaneidade que os estudos culturais têm vindo a protagonizar com particular relevo.

## **Primeiro impasse: entre o infinito e o paradoxo**

Escrever sobre uma área como a dos estudos culturais revela-se tarefa a um tempo infinita e paradoxal. Infinita, na medida em que as abordagens que assim se autodesignam decorrem de inúmeras aproximações, de proveniência e orientação extremamente diferenciada, desde o marxismo, com recurso às reflexões menos ortodoxas de Althusser a Gramsci, à semiótica, na sequência da revolução estruturalista, ao seu questionamento pelo pós-estruturalismo, com particular destaque para as obras de Michel Foucault e de Jacques Derrida, não esquecendo o contributo da etnografia. Paradoxal, na medida em que aquilo que os estudos culturais se recusam até certo ponto a fazer é a delimitar as suas fronteiras, ao renunciar ao estatuto de uma disciplina demarcada por fronteiras metodológicas, departamentais, académicas ou nacionais.

As referências teóricas para que se começou por apontar explicitam já essa recusa de uma metodologia única, sobrepondo-se e entrecrocando-se orientações díspares, por vezes complementares, por vezes quase incompatíveis.

Tais orientações indicam, simultaneamente, o carácter transdisciplinar dos estudos culturais, que não se coibiram de ler uma ocorrência da vida quotidiana como um texto que permitisse decifrar a significação de determinados rituais de juventude, questionando as divisões tradicionais entre cultura popular e de elite, indo ao ponto de levar a sério a cultura de massas, conferindo-lhe dignidade académica. Deste modo, aquilo que tradicionalmente se entenderia constituir o saber “sério”, a ser divulgado e transmitido

pela academia, surge em paralelo com a análise de *Dallas* (Ang 1985) ou de Beavis e Buttthead (Kellner 1995: 143-152).

Mas não ficam por aqui os perigos: os estudiosos de literatura deixam-se contaminar pelas abordagens que privilegiam, contra as análises imanentistas, o elemento cultural (Culler 1997: 45-54 e Eagleton 1997: 190-208); os analistas das literaturas e culturas nacionais recorrem a abordagens comparadas, fazendo estilhaçar os limites de uma área que, na melhor tradição filológica, se revia sobretudo em critérios de ordem nacional para delimitar os seus temas de investigação e de ensino (Eagleton 1997: 204-205).

Onde situar, a nível de departamento, os estudos comparados, os estudos pós-coloniais, aqueles que se debruçam sobre a questão feminina, juvenil, racial, homossexual? Serão aqueles cujas análises de textos etnográficos desmontam as respectivas estratégias retóricas e literárias dignos de figurar num departamento de antropologia? E aqueles que dedicam uma atenção crescente às manifestações culturais resultantes da crescente globalização ainda verdadeiros representantes das literaturas nacionais ou locais?

Há muito que vozes se erguem contra este estado das coisas, propondo a revalorização do cânone, a delimitação clara do que será a literatura ou a cultura nacional ou aquela que faz sentido estudar e analisar face aos excessos e à banalização das manifestações da cultura de massas – se é que esta merece sequer a designação de cultura –, rejeitando esse amálgama de linguagens e de estilos que parece caracterizar-se apenas pela diversidade e indefinição.

Com efeito, há alguma verdade nesta afirmação. Os estudos culturais não se definem por um método exclusivo, um objecto de estudo próprio, mas pela diversidade das abordagens e dos temas. Daí o carácter paradoxal e infinito, para retomar o que se começou por afirmar, de uma tarefa que tem como objectivo escrever sobre aquilo que se recusa a limitar, a circunscrever, que questiona as certezas disciplinares, que designa as apresentações totalizantes de narrativas subjectivas a que recusa autoridade absoluta.

Será, como alguns comentadores mais assustadiços afirmam, o resultado da arbitrariedade pós-moderna, em vias de exalar o seu último suspiro, o assalto ao poder académico das gerações herdeiras do espírito de 68, em que a contestação irreflectida vai de par com a pior das demagogias, fazendo concessões à cultura de massas, celebrando contraculturas intoxicantes, praticando um carnaval subversivo, na atenção excessiva dada às minorias, aos colonizados, às mulheres, às culturas juvenis? Que efeitos poderão ter tais orientações a não ser o pior nivelamento cultural? E a atenção dada à alteridade não porá em causa – ainda segundo essas vozes mais conservadoras – o centro canónico e académico, em suma, aquilo que de melhor a tradição ocidental tem para oferecer?

## Desfazendo o nó górdio

Para responder a esta pergunta gostaria de propor uma viagem. Uma viagem no tempo e no espaço, com simultaneidades, contradições, regressos aparentes às origens, uma narrativa deliberadamente parcial e incompleta, composta a partir de tantas outras, colhidas em leituras e reflexões por elas suscitadas, sem esquecer a experiência de alguém que tem vindo a dedicar, desde há alguns anos, a sua investigação a áreas que tanto mais fluídas se revelam quanto se deveriam limitar a uma cultura nacional. Uma narrativa que resulta também duma experiência particular, numa universidade portuguesa, num departamento minoritário que tem como um dos objectivos a divulgação de uma cultura outra, ainda segundo as fronteiras estipuladas pelos estudos das filologias nacionais.

### *Viagem às “origens”*

Onde localizar a emergência dos estudos culturais? O mundo anglo-saxónico assinala o emergir dos estudos culturais na Grã-Bretanha, sobretudo do pós-guerra, em torno das figuras tutelares de E. P. Thompson, de Richard Hoggart e de Raymond Williams<sup>1</sup>, representantes do chamado culturalismo, que teria contribuído para uma redefinição da cultura não como mera superestrutura acessória de uma materialidade económica, determinada pela esfera de produção, tal como o marxismo ortodoxo ensinava. Tal abordagem permitia, ao mesmo tempo, que, a par de uma concepção mais autonomizada da cultura, não se perdesse de vista a dimensão social e democratizante de que a esquerda então se reclamava e que já tivera um papel decisivo na concepção do ensino de adultos, antes da Segunda Guerra Mundial, com vista a facultar uma formação mais adequada aos interesses da classe trabalhadora (Steele 1997).

Tal ponto de partida não só proporcionaria uma visão exterior aos interesses mais elitistas da academia tradicional, como levaria a que fossem equacionadas questões como a de um entendimento da cultura como algo directamente relacionado com a sociedade e os interesses dessa faixa populacional, despertando o interesse por manifestações de origem popular e a sua articulação com a sua massificação, sobretudo no pós-guerra, face à invasão mediática de produtos de proveniência, sobretudo, norte-americana, a partir dos anos 50.

---

<sup>1</sup> A estes autores associam-se obras de referência nos estudos culturais como *The Uses of Literacy* de Richard Hoggart (1957), *The Making of the English Working Class* de E.P. Thompson (1963); *Culture and Society* (1958) e *The Long Revolution* (1965) de Raymond Williams.

Enquanto que E. P. Thompson propunha a análise de fenómenos predominantemente históricos – pese embora a importância decisiva da análise textual –, já Richard Hoggart, fundador do British Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS), e Raymond Williams haviam recebido uma formação predominantemente no âmbito dos estudos literários.

Se o primeiro nunca recusaria a sua formação marxista, propondo uma leitura da História que não descurasse os aspectos culturais tidos como questões secundárias pela ortodoxia, Hoggart e Williams, embora marcados igualmente pela mesma tradição, elaborariam grande parte das suas posições em diálogo crítico com a teoria de análise textual defendida pelo casal Leavis, que já contribuíra decisivamente para libertar o ensino da literatura de abordagens excessivamente diletantes ou psicologizantes.

Mais relevante, embora em estreita associação com estes pressupostos, os Leavis haviam proposto, socorrendo-se de idêntica metodologia, uma análise semelhante de manifestações de cultura de massas, o que não deixava de assustar os seguidores de Mathew Arnold, que opusera, segundo a tradição germânica, a “verdadeira” cultura, humanista e civilizadora, à anarquia da “população”.

Textos publicitários, jornalísticos, radiofónicos eram assim dissecados à lupa da ciência literária, a fim de desmontar as suas limitações, esclarecendo o público, ao apontar para a manipulação de que este era vítima.

Mas embora cientes desses riscos, esses herdeiros a um tempo de uma tradição académica e de uma tradição operária queriam ver alargados os horizontes desta metodologia: tratava-se de analisar os fenómenos de cultura de massas em articulação com a cultura operária britânica, que ganhava gradualmente consistência, em alternativa a um ideário nacional, em que a criação da disciplina do Inglês fora decisiva e a que não haviam sido estranhas razões de ordem política, social e colonial (Steele 1997: 49-71). Impunha-se a recuperação de um ideário operário fundamental para a fundação de uma nova identidade nacional, agora sem os pressupostos classistas herdados da era vitoriana.

O percurso de Williams é bem claro a este respeito. Ainda excessivamente apegado às distinções arnoldianas em *Culture and Society* (Williams 1992), Williams evoluiria para uma crescente atenção às manifestações de cultura de massas, que viria a opor não à verdadeira cultura de elite, mas a uma cultura orgânica “genuína” que conhecera na sua infância passada no País de Gales, onde descortinava ainda uma comunidade de laços solidários, capaz de propor formas culturais próprias e alternativas à cultura da classe dominante<sup>2</sup>. Tal idealização não impediu Williams de votar uma atenção

---

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, “Culture is ordinary” (Gray e MacGuigan 1993: 5-14) ou as reflexões ambivalentes na conclusão de *Culture and Society* (Williams 1993: 295-338).

particular aos novos fenómenos da linguagem publicitária e televisiva, que ameaçavam corresponder cada vez mais a uma americanização da sociedade britânica, destruindo as manifestações de uma cultura local “genuína”.

Com efeito, aquilo que caracteriza as tendências que, mais tarde, viriam a ser consagradas no CCCS de Birmingham, de que Richard Hoggart seria o primeiro director, é a atenção à cultura popular “genuinamente vivida” e que é oposta à cultura artificial dos *media*, manipuladora e anónima.

Se é certo que este mito fundador começou por acompanhar e legitimar uma nova forma de se leccionar o Inglês, disciplina nacional por excelência, e de se reinventar uma identidade abalada pela crescente crise do império, também é verdade que as abordagens tanto de Thompson, como de Hoggart e de Williams, por muito diferenciadas que possam ser, se caracterizaram – pelo menos numa fase inicial – por constituírem uma via exterior e marginal à academia (Steele 1997: 200-210).

Assim, as temáticas propostas deveriam prender-se com a realidade vivida dos adultos que pretendiam prosseguir a sua educação, redescobrir a tradição local ou operária em risco de extinção, numa abordagem que, tendo em conta a idade e experiência desses alunos, deveria narrar a História do seu ponto de vista (*history from below*), não negligenciando a vida quotidiana ou fontes que não as da historiografia oficial, ao mesmo tempo que se indagava, com base em estudos etnográficos, acerca das condições “reais” dessas formas de manifestação cultural diferentes.

É óbvio que tais tendências colidiam com os interesses aparentes dos estudos literários. Os adeptos da educação para adultos desconfiavam, por sua vez, dessa linha efeminada que privilegiava a estética e o bem-dizer, em detrimento de uma cultura operária predominantemente virada para os problemas “concretos”. Contudo, o sucesso das palestras de interesse literário e da orientação, quer de Hoggart, quer de Williams e mesmo de Thompson, provavam que uma cultura predominantemente masculina se deixava seduzir pela arte de bem-dizer e, sobretudo, a leitura atenta de todo o tipo de textos parecia garantir o esclarecimento das vítimas da comunicação mediática, ao desvendar as estratégias retóricas e persuasivas nela existentes. Assim se evitava não só uma abordagem unilateral no enquadramento histórico-social do objecto de estudo, como se alargava o campo de análise que, deste modo, transcendia aquilo que tradicionalmente se considerara como a “verdadeira literatura”, não incorrendo no risco de ter de se abdicar do sentido crítico que inspirara os seus promotores.

Por outro lado, com a antropologia norte-americana os antigos colonizadores aprendiam um conceito de cultura que ia ao encontro das suas preocupações, na sua atenção à cultura “vivida”, na descoberta de padrões de cultura, na aparente recusa de hierarquizações. Mathew Arnold era substituído pelas análises de Ruth Benedict, discípula de um judeu alemão,

Franz Boas, emigrado para a América do Norte. Williams tinha cada vez menos dúvidas de que a cultura correspondia a “estruturas de sentimento” e constituía “a whole way of life”.

Com o ingresso de Williams em 1961 na Universidade de Cambridge e a criação do CCCS de Birmingham em 1964, esta nova orientação via-se reconhecida pela academia tradicional.

Mas os anos 60, passada a primeira fase da recessão do pós-guerra, acentuariam a americanização da sociedade britânica, ameaçando assim essa cultura “genuína” que os estudos culturais haviam ajudado a restabelecer. Por sua vez, o consumo crescente favorecia as mais diversas formas de hedonismo e de anonimato, as cidades reconstruídas ignoravam as antigas ligações de comunidade.

Mas aquilo que também se passava a desmistificar era a sobrançeria daqueles que pretendiam que as vítimas dos *media* eram incapazes de reagir a qualquer manipulação. Da mesma maneira que se descobria subculturas entre a cultura dominante (Cohen 1995; Gelder e Thornton 1997), também se principiava a reconhecer o modo como as audiências interpretavam de forma diferenciada os sinais que o poder codificava.

Se Hoggart, tradicionalmente céptico quanto à cultura mediática, já afirmara na sua lição inaugural do CCCS que era impossível ouvir um programa de música pop, “sem uma mistura complexa de atracção e repulsa”<sup>3</sup>, os seus sucessores, sobretudo a partir do momento em que Stuart Hall asseguraria a respectiva direcção, não só se sentiriam atraídos por este tipo de cultura, como estimulariam uma atitude que problematizaria gradualmente a clássica distinção entre cultura superior e popular ou mediática, chamando também a atenção para a importância das estratégias de reapropriação e descodificação dos produtos por parte dos consumidores. A qualidade e a resistência utópica não tinham de se situar exclusivamente do lado da chamada cultura “superior”, e a revolução mediática tornava cada vez mais ténues as fronteiras entre esta e a cultura popular.

Para tal, seria essencial a descoberta das propostas dos primeiros autores “continentais”, a saber, a análise dos mecanismos de repressão subtil que Althusser pusera a descoberto e a forma mais diferenciada como Gramsci expusera o modo como a ideologia se impunha não de modo unilateral, mas era consequência e objecto de constantes transformações, negociações e rearticulações.

Tais abordagens mais não vinham fazer do que reforçar a “essência” fundadora dos estudos culturais em embrião: a leitura inovadora do mar-

---

<sup>3</sup> “It is hard to listen to a programme of pop songs [...] without feeling a complex mixture of attraction and repulsion” (cf. Storey 1997: 77).

xismo permitia uma visão mais diferenciada e autônoma da cultura, sem se incorrer no risco de um idealismo traidor e isento de função crítica.

A recepção de Althusser era no entanto também consequência da influência do estruturalismo em Stuart Hall e seria responsável por profundas transformações no campo dos estudos culturais. Com o estruturalismo francês, novos métodos de análise textual seriam ensaiados, tendo-se a este respeito revelado determinante a atenção à cultura quotidiana do Roland Barthes de *Mythologies*. A atenção à textualidade e ao significante não parecia pôr em questão, pelo menos numa primeira fase, a posição distanciada que permitia a atitude crítica que os representantes do culturalismo haviam promovido.

Contudo, os significantes, em toda a toda a sua arbitrariedade – tal como o estruturalismo de herança saussuriana ensinava –, pareciam querer recusar-se cada vez mais a reportar-se a um referente único.

Michel Foucault ensinava a morte do sujeito, subjugado por um discurso do poder anónimo, esse sim responsável pelas distinções e diferenciações aparentemente claras entre normal e anormal, masculino e feminino. Derrida propunha a polissemia infinita dos significantes, recusando o repouso de um centro qualquer que fosse, a saber, um referente único, reduto de uma metafísica obsoleta, do mesmo modo que Lacan revelara que os signos mais não eram que uma forma de nomear ou de tentar preencher uma ausência, na ilusão, seja de reencontrar um referente último a que os signos se reportariam, seja de experimentar a plenitude de uma ligação primeira à mãe. Mas a releitura crítica de Gramsci retomava a crença de Williams na capacidade de resistência face à ideologia dominante, através da distinção entre culturas residuais, emergentes e dominantes (Williams 1980).

Da orientação que privilegiava uma cultura genuína que salvaguardasse a possibilidade de reinventar uma identidade nacional, associando-a à classe trabalhadora, segundo o modelo iniciado na fase imperial (Steele 1997), chegava-se, mediante os estrangeirismos importados do continente, a uma abordagem que questionava esses pressupostos a vários níveis, sobretudo o do papel concedido à diferença no ideário operário excessivamente masculino e centrado numa identidade forjada ao longo de séculos de imperialismo e de certezas quanto à superioridade ocidental.

E outros pressupostos anteriores passavam a ser questionados: se às audiências era concedida a autonomia e capacidade suficientes para transgredir as codificações propostas pelo poder hegemónico dos *media*, descodificando-as de modo diferenciado, a música popular podia fazer campanha contra a guerra, a fome e o racismo. Se *Dallas* deixava de ser sinónimo de manipulação (Ang 1985), também o folhetim feminino podia oferecer potencialidades utópicas para as donas de casa isoladas nos bairros peri-

féricos. Mas o protesto do *punk rock* não escapava, contudo, facilmente à recuperação pelos circuitos de produção e distribuição.

Tais interpretações ainda partilhavam excessivamente de um ideal utópico que os anos 80 viriam crescentemente a ironizar.

Da estética pop e *punk* à integração aleatória dos diversos registos das culturas de elite e populares ia um passo: as vanguardas surgiam ridicularizadas face à dissipação de toda a subjectividade e ao fim da história e das grandes narrativas, denunciado por Lyotard e celebrado com auto-complacência cínica pelos estetas do thatcherismo.

Contudo, nos anos 90, o *Sony walkman* seria o objecto escolhido para a Open University propor um *case study*, na sua introdução aos estudos culturais (Du Gay *et al.* 1997). A democratização do ensino já não dizia apenas respeito a uma classe trabalhadora que, através da cultura nela divulgada, redefinira a sua identidade e com ela a da nação a que se sentia pertencente, mas tinha de tomar em consideração as tendências da globalização, um tipo de internacionalismo que Marx já descrevera na sua forma inicial, mas que não era nem necessária nem automaticamente associado à causa dos explorados.

Relido à luz dos grandes teorizadores continentais, o *Sony walkman*, esse objecto do quotidiano mais absoluto, revelava propriedades que não apenas as do mero autismo e da automatização.

Todavia, os actuais estudos culturais não abandonaram a polémica em torno de se saber até que ponto, na sequência da recepção do pós-estruturalismo, ao abdicar-se de um centro ou de um ponto exterior ao objecto de análise, não se poderá estar a contribuir para que a tradição crítica dos primeiros anos dos estudos culturais britânicos sucumba aos mecanismos que estes pretendiam compreender e denunciar<sup>4</sup>.

### *Do outro lado do Atlântico: “artifícios” da contracultura norte-americana e originalidades das “ex-colónias”*

Se os estudos culturais britânicos haviam feito da sua reflexão sobre uma cultura “autêntica” ou “orgânica” um ponto de partida fundamental para os estudos culturais, tal situação foi, em grande parte, consequência de uma

---

<sup>4</sup> Acerca desta polémica, veja-se a posição crítica de MacGuigan no que respeita à atitude excessivamente complacente para com aquilo que designa de “populismo”, que tenderá a sobrevalorizar a capacidade de apropriação crítica a nível do consumidor, celebrando apressadamente a sua capacidade de, a partir de aí, criar formas críticas ou de elaborar novos modos de contracultura, ignorando as condições de manipulação que a produção e distribuição exigem, de modo a garantir os lucros necessários à sua sobrevivência. A este respeito consulte-se o próprio MacGuigan (MacGuigan 1992) e a conclusão de Steele (1997: 200–210); para uma visão mais diferenciada ou menos apocalíptica por parte de alguém que nutre uma confessa simpatia pela cultura pop, leia-se o que Storey escreve sobre aquilo que designa de crise de paradigma nos estudos culturais (Storey 1997: 203–205). Veja-se ainda Grossberg 1993: 49–64 e a introdução a Blundell *et al.* 1993.



rejeição, sobretudo depois da Segunda Guerra, da invasão da cultura norte-americana, que ameaçava contaminar aquilo que de mais “genuíno” existia na “verdadeira” cultura popular.

Não significa isto que, à semelhança do que sucedera na velha Europa, no Novo Mundo não houvesse quem exibisse as mesmas dúvidas relativamente à cultura mediática.

Assim, perante um cinema e uma televisão que obedeciam claramente aos ditames do mercado, havia quem pusesse a nu os limites e perigos desses novos *media* que inebriavam os jovens, sobrealimentando-os, nos cinemas e diante do televisor, com *popcorn*, *fast food* e propaganda maccarthysta.

Emigrados alemães, como os judeus Max Horkheimer e Th. W. Adorno, há muito que vinham a denunciar a associação entre aquilo que designavam de indústria da cultura, monopolizada pelos interesses das grandes oligarquias capitalistas, e a circulação de bens culturais de forma cada vez mais uniformizada e controlada, como meras mercadorias. As estratégias de venda de sabonetes aplicavam-se aos produtos artísticos, e essa uniformização escondia, por detrás do aparente liberalismo, os interesses económicos dos grandes monopólios produtores e distribuidores e um totalitarismo político comparável ao do III Reich (Horkheimer e Adorno: 1971).

Mas o certo é que os *media* norte-americanos iriam revelar potencialidades que os seus detractores não haviam previsto: nos anos 60, a guerra do Vietname era reconhecida não como simulacro (Baudrillard), mas como a outra face do “sonho americano”. Os “filhos das flores”, oriundos predominantemente da burguesia, organizavam *sit ins* pacíficos, reuniam-se em comunidades alternativas à sociedade do lucro e do puritanismo, buscando a espiritualidade e a paz através do ácido e do amor livre.

Com a vaga da música do *rock* britânico, as primeiras contaminações europeias faziam-se sentir. Um dos gurus da contracultura universitária, o judeu alemão emigrado Herbert Marcuse, falava de Eros e de Revolução, ao mesmo tempo que denunciava a tolerância repressiva e uma cultura afirmativa. Mas Susan Sontag subvertia essa mensagem, apesar de tudo elitista, anunciando uma nova sensibilidade, chamando a atenção para os textos de Walter Benjamin sobre a destruição da aura e as suas consequências inovadoras na forma de praticar a arte, transformações essas em que os *media* constituíam um elemento decisivo. A arte vanguardista do modernismo, entretanto mumificada nos museus, era contestada pela pop art de Andy Warhol, questionando, de acordo com essa “nova sensibilidade”, o conceito arnoldiano de cultura e propondo uma hibridização de registos e de estilos.

Curiosamente, a grande denúncia do racionalismo ocidental, iniciada nos anos 40 por Horkheimer, Adorno e Marcuse, era partilhada por essa juventude *hippie*, que renegava não só os males civilizacionais, como a hierarquia entre cultura de elite e cultura popular.

Se a abordagem semiótica ensinava a leitura cada vez menos sociológica e mais textual das diferentes manifestações da cultura contemporânea, entendida em sentido lato, o pós-estruturalismo acompanhava a descoberta da diferença que, a partir dos anos 60, se iniciara, quer na Europa, quer na América, sob a forma da reivindicação dos direitos das mulheres, dos negros, dos ameríndios, dos homossexuais, do direito à cultura local num mundo cada vez mais uniformizado.

Foi esta atmosfera – que em certa medida pode ser associada àquilo que se chamou de pós-modernidade (Jameson 1993) – que terá contribuído para uma recepção, sobretudo nos anos 80, dos estudos culturais britânicos nos EUA e posteriormente noutros países de língua inglesa, como o Canadá e a Austrália.

Países de imigração com uma forte comunidade multiétnica, no rescaldo dos movimentos de luta pelos direitos civis, tais territórios revelaram-se particularmente férteis ao equacionamento de questões que, de resto, também se agudizavam na Grã-Bretanha (Blundell *et al.* 1993).

Com efeito, o modelo WASP e o *melting pot* em que o sonho americano não se havia tornado eram gradualmente questionados. No Canadá, os direitos dos nativos passavam a constituir um tema cada vez mais candente, ao mesmo tempo que a clivagem entre a população de expressão francófona e a maioria anglófona se acentuava, para não falar da contestação de uma crescente influência económica e hegemónica do irmão americano. Na Austrália, os direitos dos aborígenes passavam a ser outra constante. Em suma, não era apenas a cultura popular ou quotidiana, e a sua articulação com uma sociedade classista, que se colocava como a questão central, como sucedera nos estudos culturais britânicos. De facto, nos restantes países anglófonos, a estratificação social não se articulava apenas ou predominantemente em termos sociais e económicos, mas era pensada e exprimida, sobretudo, através da tematização das hierarquizações raciais e étnicas.

Simultaneamente, no Reino Unido, não eram apenas os problemas relativos à identidade de uma cultura genuinamente operária ou à redefinição de uma *Englishness* nela baseada que constituíam matéria de análise e reflexão. As reivindicações de regiões tradicionalmente colonizadas pela Inglaterra, como a Irlanda, a Escócia e o País de Gales, e as questões levantadas pela crescente migração provinda de outras ex-colónias, nomeadamente da Índia, do Paquistão, dos diversos territórios africanos e das Caraíbas, exigiam um equacionamento diferente das abordagens dos estudos culturais, bem como uma redefinição da sua identidade, já de si precária.

Tais comunidades levantariam com crescente premência problemas como os do racismo e do modo como lidar com a diferença. Por vezes, o ideário de uma cultura operária masculina colidia com os interesses de uma comunidade crescentemente multiétnica, ao mesmo tempo que a diferença

feminina começava a contestar um discurso que tradicionalmente havia relegado as mulheres para um estatuto meramente passivo ou decorativo.

Por outro lado, este desenvolvimento, na atenção dada às múltiplas formas de diferença, exprimia a um tempo a constestação e era resultado de uma crescente globalização, como o atestam os paralelismos e contaminações entre as diversas escolas dos estudos culturais nestes diferentes países, inspirando-se e influenciando-se reciprocamente.

E, nesse sentido, a influência dos estruturalistas franceses oferecia um instrumentário fundamental, ao permitir equacionar de forma renovada o tema da diferença e ao questionar o discurso logocêntrico ocidental.

### *Diferença e globalização*

Se os estudos culturais se debruçaram predominantemente sobre a contemporaneidade, as reflexões teóricas que os acompanharam introduziriam igualmente um olhar renovado sobre o passado e sobre o modo como a historiografia ocidental o havia narrado e interpretado em função do momento em que fora escrita: as visões teleológicas, adivinhando, postulando ou prometendo uma finalidade ou sentido mais ou menos oculto para os eventos narrados, e a noção de progresso passariam a ser vistas de modo crescentemente céptico, em função dessa diferença que gradualmente se ia impondo (Young 1990). Hayden White (1973) chamara a atenção para o modo como a historiografia era necessariamente organizada como uma narrativa e, finalmente, Said ilustrara a forma como o Ocidente era também o resultado de uma construção do Oriente, fronteira imaginária mas tanto mais eficaz (Said 1995) enquanto discurso legitimador e agente da violência colonial.

Tal como a disciplina do Inglês, também o Orientalismo constituía uma forma de o Ocidente proclamar e estabelecer o seu poder sobre o não-ocidental. Se os estudos culturais britânicos haviam correspondido a uma tentativa de criar uma nova identidade nacional, como atrás se referiu, os impulsos provindos de textos como o de Said contribuiriam para que se repensasse essa questão à luz dos desafios da sociedade pós-colonial.

Com efeito, o livro de Edward W. Said constituiria o primeiro a anunciar a corrente dos estudos pós-coloniais que, de forma polémica – polémica que penetraria no próprio âmbito dos seus estudiosos (Moore-Gilbert 1997) –, equacionariam os temas e autores canónicos à luz da perspectiva do colonizado e do subalterno.

Recorrendo à teoria ocidental, com particular ênfase para Foucault e Gramsci (Said) ou Derrida (Spivak) e Lacan (Bhabha), com tónicas diferenciadas e mesmo antagónicas, os estudos pós-coloniais levantariam questões decisivas como a da diferença numa perspectiva não-essencialista, questio-

nando as relações de poder estabelecidas tradicionalmente pelo Ocidente e reflectindo sobre as possibilidades de resistência a este. Para isso tem também contribuído o regresso a Marx, sobretudo no caso de Gayatri Spivak, autora que, de resto, tem tido a oportunidade de ainda associar as suas reflexões com os estudos femininos (Spivak 1996).

Em paralelo com estas interrogações sobre a historiografia e o cânone literário, nos EUA, a antropologia questionava as suas certezas teóricas, e a própria etnografia passava a ser vista como resultado de uma construção literária. O etnógrafo era alguém que instituía a sua autoridade não só pelo trabalho de campo que praticava, mas sobretudo pelo modo como o fazia, escrevendo e encenando as suas certezas através de estratégias retóricas e estilísticas (Clifford e Marcus 1986), marcando através do presente etnográfico a distância não só espacial, mas também temporal, que o separava do outro que era descrito ou transformado em mero objecto (Fabian 1983).

Simultaneamente, autores como Lévinas e De Certeau eram objecto de particular atenção face ao modo como problematizavam a herança ocidental e tematizavam uma alteridade silenciada e subalternizada que, quer no interior, quer no exterior desse mundo, ganhava cada vez mais relevo, ensaiando uma forma de se dizer a si própria.

Se as fronteiras entre cultura superior e popular pareciam esvair-se, o mesmo parecia suceder entre a literatura e a etnografia, a literatura e a historiografia, o Ocidente e o Oriente, enquanto essências distintas. A globalização, com as grandes migrações de capitais e pessoas, criava sociedades cada vez mais ligadas entre si. Hibridizando e subalternizando. Para o melhor e o pior.

## **Da necessidade de se repensar fronteiras**

Ensaieemos finalmente algumas conclusões. Certezas há uma: a de que há que repensar fronteiras. Entre saberes, entre as instituições e os departamentos que os representam, entre a universidade e o mundo quotidiano, entre países, sabendo que o mundo contemporâneo, pós-moderno ou não, continua a lançar-nos desafios que só os repetidos diálogos disciplinares e as zonas de contacto e conflito conseguem transformar, reinventando-os.

Talvez esta situação dos saberes e das práticas delas decorrentes tornem tanto mais premente aquilo que os estudos culturais têm vindo persistentemente a exigir – e não será isso o que une as diferentes abordagens? –, a saber, a necessidade de articulação entre a cultura e a sociedade, com particular ênfase na cultura vivida, sem pôr em causa a componente teórica que garanta uma abordagem mais reflectida e sem ter de abdicar da possibilidade de se ver nas manifestações analisadas não uma mera extensão

do poder, mas, contra Foucault e com Gramsci e Williams, abrindo a possibilidade de se poder destringir formas de este ser rearticulado, negociado ou contestado.

E talvez essa área entre as fronteiras, marginal por necessidade e opção, seja aquela que em melhores condições está de propor essa negociação, rearticulação e contestação, face à nossa contemporaneidade, em que o emigrado, o apátrida, aquele que mais agudamente sente e experimenta a distância e a ausência de “raízes”, tem o lugar mais decisivo.

Permitam-me ainda um desvio. Desvio, porventura, um pouco longo, mas que servirá para lançar outras pistas de reflexão.

Praticante de uma área – a Germanística – que em tudo esteve ligada à fundação da etnografia, numa fase de intensa busca de identidade nacional<sup>5</sup>, mas que em Portugal mais não é do que um pequeno enclave de adeptos tidos como gente que partilha do culto de uma língua e cultura esotéricas, tenho aprendido as desvantagens e vantagens deste modo duplamente periférico de estar no mundo globalizado.

Um/a germanista em Portugal, além de pertencer a uma espécie em extinção, vê-se constrangida/o e persistentemente estimulada/o a praticar a interdisciplinaridade por necessidade, opção e vocação.

Por necessidade, na medida em que as políticas universitárias, e não só, dificilmente se compadecem com minorias, das “selvagens” às “civilizadas”, vítimas de outros critérios que não os que atendem à diferença na sua especificidade, a partir do momento em que esta deixa de ser científica relevante – leia-se rentável.

Tudo isto acrescido do facto de se leccionar uma disciplina – Cultura Alemã – que, apesar do peso conotativo da sua designação, era, até há pouco, tida por secundária, mero acessório ou cenário na concepção de uma Germanística predominantemente vocacionada para os estudos literários.

Por vocação, pois todo aquele que estuda uma cultura que não aquela que diz respeito exclusivamente ao seu espaço nacional – perspectiva de que ainda somos vítimas, por muito que pensemos globalmente, como atestam ainda os estudos das literaturas e culturas centrados numa abordagem predominantemente nacional – vê-se permanentemente lançado entre dois mundos, pesem embora as afinidades entre duas realidades culturais, apesar de tudo herdeiras da mesma “essência” ocidental e das mesmas miragens colonizadoras da alteridade.

Por opção e necessidade: pois a nossa contemporaneidade cada vez menos permite pensar o mundo em termos nacionais e estritamente disciplinares. Ora, os estudos culturais fornecem exactamente essa liberdade:

---

<sup>5</sup> De facto, a Germanística teve como heróis fundadores os Irmãos Grimm, cuja recolha de contos tradicionais locais constitui hoje património ocidental, senão mundial.

a de viajar entre países, culturas, disciplinas, departamentos e universidades sem se sentir pertencente a nenhuma. Nómada mas pertencendo a uma diáspora.

E o que é que a diáspora de língua alemã poderá ensinar aos estudos culturais predominantemente anglófonos? A herança de uma *intelligentsia* judaica, oscilando entre disciplinas e países, desde Simmel, esse teorizador da errância e do estranho por excelência, passando por Horkheimer e Adorno e a sua denúncia, lúcida e por vezes unilateral, da “indústria da cultura”, até W. Benjamin e a hesitação entre a militância construtivista e a perda da aura ou Siegfried Kracauer, na sua atenção à cultura quotidiana e banal, lendo atentamente as grandes manifestações mediáticas e populares na República de Weimar, até à denúncia em Günther Anders dos simulacros televisivos e o reconhecimento do papel central dos *media* na agitação da opinião pública durante a guerra do Vietname ou na evocação do Holocausto. Acompanhe-se o debate acérrimo em defesa da racionalidade e da metafísica face ao perigo pós-moderno nos anos 80 em Habermas e reflecta-se com Manfred Frank sobre a herança do idealismo alemão e do seu grande edifício metafísico contra os impasses do desconstrutivismo. Porque os estudos culturais não celebram o popular por populismo e não têm de ignorar os grandes debates epistemológicos em curso.

Também a Germanística se repensa, agora não apenas em relação à primazia a dar aos estudos literários, mas ao modo de os articular com os culturais (Hansen 1993, Böhme e Scherpe 1996, Glaser e Luserke 1996), entendidos não só mas também à luz de uma tradição específica, recuperando mais uma vez a sociologia de Norbert Elias, a análise dos *media* proposta por Benjamin, a antropologia filosófica de Gehlen ou a teoria dos símbolos de Cassirer, e mesmo a sua etnologia desvirtuada e caída em descrédito com o nacional-socialismo, em consequência e em articulação com os desafios provindo da margem esquerda do Reno e do outro lado do Atlântico, redefinindo-se/diluindo-se a identidade disciplinar à luz dos novos desafios da sociedade globalizada e do pós-colonialismo. Esse é um desafio tanto mais difícil e estimulante quanto também questiona uma identidade nacional construída não só em torno de uma língua, mas também (na ausência de um império) de uma filosofia e de uma metafísica “genuinamente” alemãs, de uma tradição que apenas soube conceder um papel minoritário ao popular – entenda-se popular em que sentido se quiser –, como algo de menor e fenómeno de curiosidade, mas sabendo celebrar as essências e as genuidades étnicas de forma tanto mais contundente quanto mais o imaginário nacional teve de ser construído em oposição a outros colonialismos, antes de adquirir – como será fatal? – o sinal exactamente oposto.

Por outro lado, como sociedade europeia mais “americanizada” do que qualquer outra, desde os símbolos mais banais da globalização aos piores efeitos da cultura mediática <sup>6</sup>, também o país natal da Germanística é uma das sociedades onde os efeitos da migração e do multiculturalismo mais agudamente se fazem sentir. O que leva a colocar a questão da “essência” alemã e da própria legitimidade da prática de estudos em torno de uma cultura e uma literatura estritamente nacionais. E isto do ponto de vista de um departamento minoritário e marginal num país periférico que lê e ensina uma disciplina de origem nacional/ista de fora, como uma forma de alteridade, ponto de vista este que não tem de ser desvantajoso, sobretudo desde que os centros passaram a ser vistos com suspeita ou pelo menos indagados na sua superioridade. E esta é uma das vantagens de se pertencer a uma espécie em extinção, lendo com olhos renovados, na margem, as evidências de uma cultura tida como decisiva para o legado ocidental, naquilo que tem de melhor e de pior. E com isso se aprende a questionar as evidências da cultura própria, as suas “raízes”, embora de forma diferenciada.

Para responder à pergunta enunciada nas primeiras páginas: Será que as vias abertas pelos estudos culturais trarão consigo a arbitrariedade e anarquia mais absoluta?

Que a diluição disciplinar ainda tem um longo caminho a percorrer é uma primeira conclusão. Que o diálogo disciplinar constitui uma orientação tanto mais estimulante quanto insegura será a segunda <sup>7</sup>. Daí que não possa conter alguns ímpetos de desconfiança perante a sua institucionalização em departamentos, obedecendo a estratégias conjunturais.

Resta, sobretudo, a expectativa de que tal abordagem nos torne menos académicos, menos encerrados no nosso cânone e mais abertos à alteridade nas suas formas mais quotidianas. Porque a insegurança e a liberdade residem fora dos departamentos e das instituições.

<sup>6</sup> O certo é que a Alemanha, pesem embora as frequentes acusações e receios a ela associados, tem vindo a desenvolver políticas alternativas e práticas de intervenção ambiental e cívica que têm transformado de forma inovadora – e pioneira dentro da Europa – o quotidiano, assim revelando que o espaço cultural há muito deixou de ser concebido como mera actividade elitista, desligada da esfera política e social, segundo a célebre oposição *Kultur* e *Zivilisation*, característica do espaço de expressão alemã.

<sup>7</sup> Certeza comprovada pela experiência no Seminário Opcional do Mestrado em Estudos Alemães “Ler entre Culturas”. Às discussões com os participantes no referido seminário, representando duas áreas cada vez mais dialogantes, a literatura e a antropologia, devo muitos dos estímulos que possibilitaram estas reflexões aqui alinhavadas.

SUGESTÕES DE LEITURA

De entre a enorme profusão de títulos dedicados aos estudos culturais ou com eles relacionados, passamos a destacar alguns.

Para uma iniciação aos estudos culturais, designadamente aos textos mais importantes para a sua evolução, consulte-se Gray e MacGuigan 1993 – mais fiel a Williams e à linha de Birmingham – e During 1993, este abrangendo as evoluções no mundo anglófono e mais simpaticamente com as chamadas tendências “continentais”. Uma introdução admiravelmente didactizada, um exemplo prático dos estudos culturais britânicos, encontra-se em Du Gay *et al.* 1997 e em Mackay 1997.

Para a história do seu emergir, veja-se Steele 1997. Para uma contextualização e problematização, numa perspectiva que engloba a vertente norte-americana e australiana, veja-se Blundell *et al.* 1993 e aí em particular Grossberg 1993, que fornece uma interessante reflexão sobre os estudos culturais desde Birmingham até ao início da década de 90.

Uma excelente articulação entre os estudos culturais e o estudo da cultura popular/mediática é oferecida, numa exposição acessível e de grande qualidade, por Storey 1997, simpaticamente do chamado “populismo”.

Sobre as subculturas e as diferentes interpretações a que estas foram dando azo desde os anos 40 até à contemporaneidade, consulte-se Gelder e Thornton 1997.

No que respeita aos estudos pós-coloniais, uma excelente introdução encontra-se em Ascroft *et al.* 1995, reunindo textos representativos das diversas tendências. Para uma análise dos debates em curso dentro da área consulte-se Moore-Gilbert 1997 e veja-se a contextualização oferecida por Young 1990 acerca de alguns dos seus principais representantes.

Acerca do debate entre os estudos culturais e a Antropologia consulte-se Nugent 1997, bem como Clifford 1997, onde os contributos dos estudos pós-coloniais e o diálogo com os estudos culturais se revelam tanto mais evidentes quanto frutíferos.

Os estudos culturais têm vindo a utilizar de forma activa os meios que a Internet fornece. Entre os muitos, passamos a destacar alguns dos sites a partir dos quais se pode iniciar uma viagem interminável:

SARAH ZUPKO'S CULTURAL STUDIES CENTER:

<http://www.mcs.net/~zupko/popcult.htm>

Reúne praticamente todos os sites que se dedicam aos estudos culturais.

VOICE OF THE SHUTTLE: CULTURAL STUDIES PAGE:

<http://humanitas.ucsb.edu/shuttle/cultural.html>

Outra excelente iniciação aos estudos culturais através da Internet.

CULSTUD-L: A LISTSERV DEVOTED DO CULTURAL STUDIES:

<http://www.cas.usf.edu/communication/rodman/cultstud/index.html>

Uma lista de discussão particularmente activa.

FORSCHUNGSZENTRUM FÜR POPULÄRE MUSIK:

<http://www2.rz.hu-berlin.de/inside/fpm/>

Um exemplo de como a Alemanha contemporânea já não partilha de uma concepção limitada de cultura. Possui uma excelente biblioteca *on line*.

Finalmente, para quem domine a língua alemã, recomenda-se a leitura dos artigos *on line* de Hartmut Böhme, que fornecem uma excelente e polémica introdução à *Kulturwissenschaft*, em certa medida a versão alemã dos estudos culturais, artigos esses que servem de complemento às informações constantes do presente artigo. O endereço é:

<http://www.culture.hu-berlin.de/HB/volltext.html>

BIBLIOGRAFIA

ANG, Ien, 1985, *Watching Dallas: Soap Opera and the Melodramatic Imagination*, Londres, Methuen.  
ASHCROFT, Bill, Gareth GRIFFITHS, e Helen TIFFIN, 1989, *The Empire Writes Back: Theory and Practice in Post-Colonial Literature*, Londres, Routledge.

———, (eds.), 1995, *The Post-Colonial Studies Reader*, Londres e Nova Iorque, Routledge.

BHABHA, Homi K., 1994, *The Location of Culture*, Londres, Routledge.

BLUNDELL, Valda, John SHEPHERD, e Ian TAYLOR (eds.), 1993, *Relocating Cultural Studies: Developments in Theory and Research*, Londres e Nova Iorque, Routledge.



- BÖHME, Hartmut, e Klaus R. SCHERPE (eds.), 1996, *Literatur und Kulturwissenschaften: Positionen, Theorien, Modelle*, Reinbek bei Hamburg, Rowohlt.
- CLIFFORD, James, 1988, *The Predicament of Culture: Twentieth Century Ethnography, Literature and Art*, Cambridge/Mass. e Londres, Harvard University Press.
- , 1997, *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*, Cambridge/Mass. e Londres, Harvard University Press.
- CLIFFORD, James, e George E. MARCUS (eds.), 1986, *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley, Los Angeles e Londres, University of California Press.
- COHEN, Phil, 1997, *Rethinking the Youth Question: Education, Labour and Cultural Studies*, Houndmills, Basingstoke, Hampshire e Londres, MacMillan.
- CULLER, Jonathan, 1997, *Literary Theory: A Very Short Introduction*, Oxford e Nova Iorque, Oxford University Press.
- DU GAY, Paul, Stuart HALL, Linda JANES, Hugh MACKAY, e Keith NEGUS (eds.), *Doing Cultural Studies: The Story of the Sony Walkman*, Londres, Thousand Oaks e Nova Deli, Sage Publications/The Open University.
- DURING, Simon (ed.), 1993, *The Cultural Studies Reader*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- EAGLETON, Terry, 1997 [1992], *Literary Theory: An Introduction*, Oxford, Blackwell.
- FABIAN, Johannes, 1983, *Time and the Other: How Anthropology Makes its Object*, Nova Iorque, Columbia University Press.
- GELDER, Ken, e Sarah THORNTON (eds.), 1997, *The Subcultures Reader*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- GLASER, Renate, e Mathias LUSERKE, 1996, *Literaturwissenschaft – Kulturwissenschaft: Positionen, Themen, Perspektiven*, Opladen, Westdeutscher Verlag.
- GRAY, Ann, e Jim McGUIGAN, 1993, *Studying Culture: An Introductory Reader*, Londres, Nova Iorque, Sidney e Auckland, Arnold.
- GROSSBERG, Larry, 1993, “The Formation of Cultural Studies: An American in Birmingham”, BLUNDELL, Valda, John SHEPHERD, e Ian TAYLOR (eds.), *Relocating Cultural Studies: Developments in Theory and Research*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 21-66.
- HALL, Stuart, e Paul DU GAY (eds.), 1995, *Questions of Cultural Identity*, Londres, Thousand Oaks e Nova Deli, Sage Publications.
- HANSEN, Klaus P. (ed.), 1993, *Kulturbegriff und Methode: Der stille Paradigmenwechsel in den Geisteswissenschaften*, Tübingen, Gunter Narr Verlag.
- JAMESON, Frederic, 1993, “Postmodernism and Consumer Society”, GRAY, Ann, e Jim McGUIGAN, *Studying Culture: An Introductory Reader*, Londres, Nova Iorque, Sidney e Auckland, Arnold, 192-216.
- KELLNER, Douglas, 1995, *Media Culture: Cultural Studies, Identity and Politics between the Modern and the Postmodern*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- LANDRY, Donna, e Gerald MacLEAN (eds.), 1996, *The Spivak Reader*, Londres, Routledge.
- MACKAY, Hugh (ed.), 1997, *Consumption and Everyday Life*, Londres, Thousand Oaks e Nova Deli, Sage Publications/The Open University.
- McGUIGAN, Jim, 1992, *Cultural Populism*, Londres, Routledge.
- MOORE-GILBERT, Bart, 1997, *Postcolonial Theory: Contexts, Practices, Politics*, Londres e Nova Iorque, Verso.
- MORLEY, David, e Kuan-Hsing CHEN, 1997, *Stuart Hall: Critical Dialogues in Cultural Studies*, Londres e Nova Iorque, Routledge.
- NUGENT, Stephen, e Chris SHORE (eds.), 1997, *Anthropology and Cultural Studies*, Londres e Chicago, Pluto Press.
- SAID, Edward W., 1995 [1978], *Orientalism: Western Conceptions of the Orient*, Harmondsworth Middlesex, Penguin.
- SONTAG, Susan, 1966, *Against Interpretation*, Nova Iorque, Deli.
- STEELE, Tom, 1997, *The Emergence of Cultural Studies. 1945-1965. Cultural Politics, Adult Education and the English Question*, Londres, Lawrence & Wishart.
- STOREY, John, 1997, *An Introduction to Cultural Theory and Popular Culture*, Londres, Nova Iorque, etc., Prentice Hall/Harvester Wheatsheaf.
- WHITE, Hayden, 1973, *Metahistory*, Baltimore, John Hopkins University Press.
- WILLIAMS, Raymond, 1980, “Base and Superstructure in Marxist Cultural Theory”, *Problems in Materialism and Culture*, Londres e Nova Iorque, Verso, 31-49.
- , 1990, *Television: Technology and Cultural Form*, [ed. Ederyn Williams], Londres, Routledge.

- , 1992, *Culture and Society: From Coleridge to Orwell*, Londres, The Hogarth Press.
- , 1993, "Culture is Ordinary", GRAY, Ann, e Jim McGUIGAN (eds.), *Studying Culture. An Introductory Reader*, Londres, Nova Iorque, Sidney e Auckland, Arnold, 7-14.
- YOUNG, Robert, 1990, *White Mythologies: Writing, History and the West*, Londres, Routledge.

*Manuela Ribeiro Sanches*

THE CHALLENGE OF CULTURAL STUDIES TO  
ACADEMIC DISCIPLINE BOUNDARIES

*The aim of this paper is to furnish a brief and partial introduction to cultural studies. Attention is given to its interdisciplinary approach, which is interpreted in the context of its emergence in postwar Britain and its transformations during the 1960s and 1970s as well as its diffusion in other English-speaking countries. The implications of its interdisciplinary nature are also illustrated in association with the vanishing frontiers between literature, anthropology and cultural studies, as well as high and popular culture. Post-colonial studies are also given attention by way of focusing on the continuing shift in cultural studies regarding otherness and identity in a global context. Finally, the author's approach is invoked regarding questions of the disciplinary identity of German Studies and the rethinking of its contribution to new approaches to cultural studies.*

Departamento de Estudos Germanísticos da  
Universidade de Lisboa  
ribeirosanches@mail.telepac.pt